



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Criminologia

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	4
7. Competências e Habilidades do Egresso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio Não Obrigatório	8
10. Matriz Curricular	9
11. Carga Horária	10
12. Conteúdo programático	10
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	26

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Criminologia

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicada

Área do Conhecimento (CAPES): Direito penal

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso se destina a advogados, defensores públicos, promotores de justiça, magistrados e demais operadores jurídicos que atuem na área criminal; profissionais de nível superior que atuem ou pretendam atuar em órgãos públicos, em empresas privadas que prestem serviços ou que façam parcerias

com órgãos governamentais, em organizações do terceiro setor, movimentos sociais ou mesmo no ensino superior; servidores públicos e profissionais da área de Justiça, Segurança Pública, Polícia e Penitenciárias que objetivem iniciar e aprofundar estudos acerca do fenômeno criminal.]

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

[O dinamismo das ciências criminais exige um curso de pós-graduação que o acompanhe, com corpo docente qualificado e preparado para a necessária abordagem das questões polêmicas, que clamam por novas propostas oriundas da comunidade acadêmica. Desta forma, se propõe um curso inédito, onde se reúnem os maiores nomes do Direito Penal e Processual Penal brasileiro.]

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivo Geral

[Aprofundar os conhecimentos específicos no campo das ciências criminais, propiciando ampla visão sistêmica da área e aperfeiçoamento dogmático].

6.2. Objetivos Específicos

- [Capacitar profissionais para atuarem nas áreas que envolvam o conhecimento das ciências criminais].

- [Aprofundar os estudos na área criminal a partir de temáticas modernas, práticas e associadas às novas tecnologias].
- [Reciclar e atualizar os conhecimentos dos profissionais que desejam atuar como consultor, pesquisador e professor].

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

[Visão crítica dos problemas envolvendo a área das Ciências Criminais e questões interdisciplinares das diversas esferas envolvidas buscando tratativas que melhor atendam o cidadão e a coletividade.]

Habilidades

- [Dominar as bases científicas que afetam a dinâmica do crime em nossa sociedade].
- [Aprofundar os estudos dos crimes nas mais diversas espécies].
- [Formar profissionais capacitados para atuar na criminologia e na segurança pública]

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;

- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

1. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o

estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e, também, do Departamento de Estágios.

2. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0 h	0 h	0 h
Política criminal e criminologia	0 h	40 h	40 h
Inteligência e investigação policial	0 h	40 h	40 h
Tutela penal dos bens jurídicos individuais	0 h	40 h	40 h
Tutela penal dos bens jurídicos supraindividuais	0 h	40 h	40 h
Cibercrimes, responsabilidade penal e civil	0 h	40 h	40 h
Direito penal ambiental	0 h	40 h	40 h
Criminalidade econômica e organizada	0 h	40 h	40 h

Direitos humanos na segurança pública	0 h	40 h	40 h
Lei geral de proteção de dados	0 h	40 h	40 h

3. Carga Horária

A carga horária de 360 h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

4. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Política criminal e criminologia

Ementa: Noções de criminologia; Antecedentes históricos e a mudança de paradigma. O crime e a pessoa do criminoso. As escolas criminológicas e criminologia crítica. O nível de exposição, as condições espaciais, o comportamento individual e relações com a vitimização. Formulação das políticas públicas de segurança. Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas. A defesa social e a nova defesa social. A res pública e a segurança. Política Criminal. Movimentos Sociais Urbanos, cidadania e prevenção: a governabilidade urbana.

Competências e Habilidades:

- Estudar o crime e o criminoso;
- Compreender a complexidade das ações criminosas;
- Aprofundar análise crítica dos temas relacionados a criminologia.

Conteúdo Programático 1: Noções de criminologia; Antecedentes históricos e a mudança de paradigma. O crime e a pessoa do criminoso. As escolas criminológicas e a criminologia crítica.

Conteúdo Programático 2: Bases epistemológicas da política criminal. O nível de exposição, as condições espaciais, o comportamento individual e relações com a vitimização. Formulação das políticas públicas de segurança.

Conteúdo Programático 3: Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas. Penalogia e Vitimologia.

Conteúdo Programático 4: A defesa social e a nova defesa social. A res pública e a segurança. Movimentos Sociais Urbanos, cidadania e prevenção: a governabilidade urbana.

Bibliografia básica:

1. CARVALO, Salo de. Anti manual de criminologia. 6ª edição. Saraiva.
2. FILHO, Nestor Sampaio Penteado. Manual Esquemático de Criminologia. 9ª edição. Saraiva Jur. 2019. MÁLLO, Afonso Serrano. PRADO, Luiz Regis. Criminologia. 4ª edição. Gen Forense. 2019.
3. FARIAS JÚNIOR, JOÃO. Manual de Criminologia. Curitiba. Juruá Editora, 2008.
4. SOUZA, M. A.(org) Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.
5. TUAN, Y. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

Bibliografia Complementar:

1. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
2. CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.
3. CARVALHO, Márcio R. de. Percepção espacial, crime e medo: entre o real e o imaginário. Um estudo sobre as evidências sócio-espaciais e sociabilidades em Marília/SP. 2007. 174 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, 2007.
4. DELMAS-MARTY, Mireille. Os grandes sistemas de política criminal. Barueri: Manole, 2004.
5. GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. 4ª edição. Saraiva Jur. 2023.

Disciplina: Inteligência e investigação policial

Ementa: Inteligência e contrainteligência: história, definições e princípios básicos. Sistemas e subsistemas de inteligência. As agências de inteligência. A inteligência no campo da segurança pública e no sistema penitenciário. Investigação criminal e suas técnicas. Colaboração Premiada. Ação controlada e infiltração de agentes. Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.

Competências e Habilidades:

- Estudar as técnicas de inteligência policial.
- Aprimorar os estudos da investigação policial.
- Análise crítica das possíveis soluções relacionadas com a temática da Segurança Pública.

Conteúdo Programático 1: Inteligência e contrainteligência: história, definições e princípios básicos. Sistemas e subsistemas de inteligência.

Conteúdo Programático 2: As agências de inteligência. A inteligência no campo da segurança pública e no sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 3: Investigação Policial e seu fundamento jurídico: conceito, tipos e técnicas realizadas pela polícia judiciária.

Conteúdo Programático 4: Colaboração Premiada. Ação controlada e infiltração de agentes. Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.

Bibliografia básica:

1. LEMGUBER, Julita (org) Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil. RJ:IPEA, 2000.
2. MENDRONI, Marcelo Batlouni. Curso de Investigação Criminal. 3ª edição. Atlas, 2013.
3. MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 8ª edição. Saraiva Jur, 2023.
4. PACELLI, Eugênio. FISCHER, Douglas. Comentários ao Código de Processo penal e sua Jurisprudência. 14ª edição. Gen/Atlas. 2022.]

Bibliografia Complementar:

1. BRITO, Alexis Couto de. FABRETTI, Humberto Barrionuevo. LIMA, Marco Antonio Ferreira. Processo Penal Brasileiro. 4ª edição. Atlas, 2019.
2. JR, Aury Lopes. GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Investigação Preliminar no Processo Penal. 6ª edição. Saraiva 2014.
3. JR, Aury Lopes. Fundamentos do Processo Penal. Introdução Crítica. 5ª edição. Saraiva Jur, 2019.

Disciplina: Tutela penal dos bens jurídicos individuais

Ementa: Crimes contra a Pessoa. Crimes contra a Dignidade Sexual. Crimes contra o Patrimônio. Crimes contra a Administração Pública.

Competências e Habilidades:

- Aperfeiçoar os conhecimentos sobre os bens jurídicos individuais.
- Aprofundar os estudos sobre os crimes contra a pessoa, a dignidade sexual, o patrimônio e a administração pública.
- Aprimorar a discussão acerca dos casos envolvidos.

Conteúdo Programático 1: Crimes contra a Pessoa (Homicídio, Lesão corporal, crimes contra a honra).

Conteúdo Programático 2: Crimes contra a Dignidade Sexual.

Conteúdo Programático 3: Crimes contra o Patrimônio.

Conteúdo Programático 4: Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia básica:

1. ANDREUCCI, Ricardo. Manual de Direito Penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
2. BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
3. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: dos crimes contra a pessoa. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.
4. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Arts. 155 a 212) crimes contra o patrimônio até crimes contra o

- sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.
5. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Arts. 213 a 311-A) crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V 4.
 6. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Arts. 312 a 359-H e Lei n. 10.028/2000) crimes contra a administração pública e crimes praticados por prefeitos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 5.
 7. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte especial arts. 121 a 212. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.
 8. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte especial Arts. 213 a 359-H. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.
 9. ESTEFAM, André. Direito Penal: parte especial arts. 121 a 234-B. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.
 10. ESTEFAM, André. Direito Penal: Parte especial arts. 235 a 359-H. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

Bibliografia Complementar:

1. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal: parte especial (arts. 121 a 183). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.
2. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal: parte especial (184 a 359-H). 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.
3. BARBOSA, Licínio. Dos crimes hediondos. Estudos jurídicos em homenagem a Manoel Pedro Pimentel. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
4. FRANCO, Alberto Silva. Sobre a não recepção da reincidência pela Constituição Federal de 1988. Breves anotações em Direito Penal da atualidade. Estudos em homenagem ao Prof. Jair Leonardo Lopes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Disciplina: Tutela penal dos bens jurídicos supra individuais.

Ementa: Crimes Ambientais. Crimes Eleitorais. Abuso de Autoridade e Estatuto do Desarmamento. Crimes cibernéticos.

Competências e Habilidades:

- Aperfeiçoar os conhecimentos sobre os bens jurídicos supra individuais.
- Aprofundar os estudos sobre os crimes ambientais, eleitorais, abuso de autoridade e cibernéticos.
- Aprimorar a discussão acerca dos casos envolvidos.

Conteúdo Programático 1: Crimes ambientais e a responsabilidade da Pessoa Jurídica.

Conteúdo Programático 2: Crimes Eleitorais.

Conteúdo Programático 3: Abuso de autoridade e Estatuto do Desarmamento.

Conteúdo Programático 4: Crimes Cibernéticos.

Bibliografia básica:

1. ANDREUCCI, Ricardo. Legislação Penal Especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
2. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Legislação penal especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 4.
3. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. Crimes Ambientais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
4. MACIEL, Kátia Ferreira Lobo Andrade (Coord). Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo, Saraiva: 2019.
5. MARCÃO, Renato. Crimes Ambientais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
6. MARCÃO, Renato. Crimes de trânsito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
7. ZAPATER, Maíra. Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar:

5. BRUNO. Aníbal. Direito penal: pena e medida de segurança. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
6. FERRAJOLI, Luigi. A pena em uma sociedade democrática. Tradução Carlos Arthur Hawker Costa. In: INSTITUTO CARIOCA DE CRIMINOLOGIA. Discursos sediosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
7. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
8. MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Sociedade do risco e direito penal: uma avaliação de novas tendências político-criminais. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

Disciplina: Cibercrimes, responsabilidade penal e civil

Ementa: Cibercriminologia e a fenomenologia dos delitos informáticos os reflexos da globalização no direito penal tradicional. A sociedade virtual do risco. A criminalidade complexa do século XXI. A engenharia social a serviço do crime. Regulação legislativa no âmbito penal nacional e internacional. Sobre cibercrimes. Breves considerações sobre a convenção internacional de budapest sobre cibercriminalidade. O tratamento legislativo no brasil relacionado aos delitos informáticos e a lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckman). A legislação penal mundial no combate e prevenção da delinquência informática. Conceito, características e a classificação dos cibercrimes. Conceito e evolução dos delitos informáticos. A classificação dos cibercrimes e o direito penal. O bem jurídico tutelado pelo direito penal. Tempo e lugar do crime. Dos crimes. Invasão ilegal à sistemas e dispositivos informáticos. A criação de vírus informático para fins ilícitos. O crime de pedofilia na internet e o estatuto da criança e do adolescente. Revenge porn ou sexting. A criminalização da fake news. Sequestro de dados na internet (ransomware). Dano informático.

Competências e Habilidades:

- Aprimorar a discussão acerca dos crimes virtuais.

- Abordar as consequências dos atos praticados no ambiente virtual - responsabilidade penal e civil.
- Capacitar o aluno a compreensão da fase de investigação de um ilícito virtual. Desenvolver a habilidade de produção de provas em ambiente virtual.

Conteúdo Programático 1: Cibercriminologia e a fenomenologia dos delitos informáticos. Os reflexos da Globalização no Direito Penal Tradicional. A Sociedade Virtual do Risco. A Criminalidade Complexa do Século XXI. A Engenharia Social a serviço do crime.

Conteúdo Programático 2: Regulação legislativa no âmbito penal nacional e internacional. Sobre cibercrimes. Breves considerações sobre a Convenção Internacional de Budapest sobre Cibercriminalidade. O tratamento legislativo no Brasil relacionado aos delitos informáticos e a Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckman). A legislação penal mundial no combate e prevenção da delinquência informática. Responsabilidade Penal e Civil.

Conteúdo Programático 3: Conceito, características e a classificação dos cibercrimes. Conceito e evolução dos Delitos Informáticos. A classificação dos Cibercrimes e o Direito Penal. O Bem Jurídico Tutelado pelo Direito Penal. Tempo e Lugar do Crime.

Conteúdo Programático 4: Dos crimes. Invasão ilegal à sistemas e dispositivos informáticos. A criação de vírus informático para fins ilícitos. O crime de pedofilia na Internet e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Revenge Porn ou Sexting. A criminalização da Fake News. Sequestro de Dados na Internet (Ransomware). Dano informático.

Bibliografia básica:

1. WENDT, Emerson. Direito e TI - CyberCrimes. Livraria do advogado. Rio de Janeiro:2019.
2. COLLI, Maciel. Cibercrimes. Limites e Perspectivas à Investigação Policial de Crimes Cibernéticos. Juruá. 2019.

3. BARRETO, Alessandro; BRASIL, Beatriz. Manual de Investigação Cibernética. À Luz do Marco Civil da Internet. Brasport. 2016.

Bibliografia Complementar:

1. JORGE, Vigor Vinícios Nogueira. Investigação Criminal Tecnológica - Volume 1. Brasport. 2018.
2. NORAT, Markus, et. Al. Direito Digital. Responsabilidade Civil e Criminal na Internet. Clube dos Autores. 2018.
3. BREWER, Russell, et. Al. Cybercrime Prevention: Theory and Applications. Palgrave Pivot; Edição: 1st ed. 2019.

Disciplina: Direito penal ambiental

Ementa: Proteção jurídico-penal do meio ambiente. Análise da Lei nº 9605/1998. Dos crimes contra a Fauna. Dos crimes contra a Flora. Aspectos processuais penais da responsabilização penal. Ação Penal. Responsabilização penal da pessoa jurídica.

Competências e Habilidades:

- Compreender a complexidade relacionada à proteção ambiental pelo Direito Penal.
- Conhecer os pressupostos do Direito Penal Ambiental.
- Reconhecer criticamente os crimes contra o meio ambiente.
- Analisar criticamente os fundamentos da responsabilização pela prática de crimes contra o meio ambiente.

Conteúdo Programático 1: A proteção jurídico-penal do meio ambiente.

Conteúdo Programático 2: Introdução ao direito penal ambiental.

Conteúdo Programático 3: Crimes em espécie.

Conteúdo Programático 4: Questões processuais penais da responsabilização penal pela prática de crime ambiental.

Bibliografia básica:

1. CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: legislação penal especial. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
2. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
3. PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do ambiente**: crimes ambientais (Lei 9.605/1998). Rio de Janeiro: Forense, 2019.
4. ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. **Estudos em Direito Penal ambiental**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021.

Bibliografia Complementar:

1. BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.
2. FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes Contra a Natureza**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 9. ed., 2012.
3. GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Silvio Luiz. **Lei de crimes ambientais**: comentários à lei 9.605/1998. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
4. MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **Alguns Aspectos sobre a Lei dos Crimes Ambientais**. Disponível em: <www.mp.pe.gov.br/alguns_aspectos_sobre_lei_de_crimes_ambientais>. Acesso em: 10.08.2017.
5. RODRIGUES, Denilson da Silva. A pessoa jurídica de direito público como sujeito ativo de crime ambiental. **Revista de direito ambiental**, São Paulo, v. 23, n. 90, p. 245-266, abr./jun. 2018. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=143590. Acesso em: 22 jun. 2022.
6. SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book
7. SILVA SANCHEZ, Jesus-Maria. **Política Criminal y nuevo derecho penal**. Barcelona: José María Bosch Editor, 1997.
8. TAVARES, Juarez. Fundamentos de teoria do delito. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020.
9. TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. E-book

Disciplina: Criminalidade econômica e organizada

Ementa: Crime organizado. Lavagem de dinheiro. Execução Penal. Tutela ao sigilo e interceptação telefônica.

Competências e Habilidades:

- Aprofundar os estudos sobre o crime organizado e entender a sua tipificação no Brasil.
- Analisar o instituto da colaboração premiada. Compreender a lei de lavagem de dinheiro e a sua evolução legislativa.
- Entender o sistema de direitos, deveres e infrações prevista na Lei de Execução Penal. Analisar o sistema progressivo de penas da lei brasileira.
- Entender a regulamentação legal da interceptação telefônica. Analisar as outras modalidades possíveis de quebra de sigilo.

Conteúdo Programático 1: Crime organizado.

Conteúdo Programático 2: Lavagem de dinheiro.

Conteúdo Programático 3: Execução Penal.

Conteúdo Programático 4: Tutela ao sigilo e interceptação telefônica. Sigilo das correspondências, das comunicações telegráficas, dos dados e das comunicações telefônicas.

Bibliografia básica:

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal Econômico. Volumes 1 e 2. Saraiva.
2. BITENCOURT, Cezar Roberto. BREDI, Juliana. Crimes contra o sistema financeiro nacional e mercado de capitais. 3ª edição. Saraiva.
3. RASCOVSKI, Luiz. Entrega Viggiada. São Paulo. Saraiva.
4. MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime Organizado. 6ª edição. Atlas.
5. WEBER, Ariel Barazzetti. CALLEGARI, André Luis. Lavagem de Dinheiro. 2ª edição. Atlas.

Bibliografia Complementar:

1. PRADO, LUIZ REGIS. Direito Penal Econômico. 8ª edição. Gen.
2. SOUSA, Marllon. Crime Organizado e Infiltração Policial. Atlas.
3. MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime de Lavagem de dinheiro. 4ª edição. Atlas.
4. SÉRIE FGV LAW. Direito penal Econômico. 1ª edição. Saraiva.

Disciplina: Direitos humanos na segurança pública

Ementa: Direitos Humanos e Segurança Pública. Piso Mínimo de Direitos Humanos. Segurança Pública como garantia de efetividade dos Direitos Humanos. Segurança Pública e Dignidade da Pessoa Humana. Normas Nacionais e internacionais do sistema prisional e tratamento de presos.

Competências e Habilidades:

- Discutir os Direitos Humanos frente à Segurança Pública;
- Executar programas e respectivo planejamento, observando as diretrizes dos humanos direitos;
- Compreender a complexidade das demandas afetas à área da Segurança Pública;

Conteúdo Programático 1: Direitos Humanos e Segurança Pública.

Conteúdo Programático 2: Piso Mínimo de Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 3: Segurança Pública como garantia de efetividade dos Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 4: Segurança Pública e Dignidade da Pessoa Humana. Normas Nacionais e internacionais do sistema prisional e tratamento de presos.

Bibliografia básica:

1. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 11ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017
2. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. 5ª edição. Ed. Método. 2018.
3. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18ª ed. rev. amp. atual. São Paulo: Saraiva, 2018.
4. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
5. SCAFF, Fernando Facury. Contribuições de Intervenção e Direitos Humanos de Segunda Dimensão. Revista de Direito Tributário da Apet. São Paulo: Ed. MP, 2006.

Bibliografia Complementar:

1. FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Direitos Humanos Fundamentais. 15ª edição. Saraiva. 2016.
2. JR., Paulo Hamilton Siqueira Jr. OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de Oliveira. 4ª edição. Saraiva. 2016.
3. RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 5ª edição. Saraiva Jur. 2017.
4. SPANHOL, Fernando J. LUNARDI, Giovani M. SOUZA, Márcio Vieira. Tecnologias da Informação e comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos. Blucher Open Access

Disciplina: Lei geral de proteção de dados

Ementa: Direitos humanos. Direitos fundamentais. Direitos da personalidade. Direito à privacidade. Direito à proteção de dados. Obrigações dos Estados. Organismos Internacionais. Direito comparado. Fake News. Direito de resposta e de retificação. Legislação brasileira de proteção de dados: Marco Civil da Internet, Lei do Cadastro Positivo e Lei de Acesso à Informação. Legislação da União Europeia de proteção de dados - GDR - Privacy by design e privacy by default. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. Transferência Internacional. Agentes de tratamento. Responsabilidades. Ressarcimentos de danos. Segurança e sigilo dos dados. Boas práticas e governança. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Fiscalização. Sanções administrativas.

Competências e Habilidades:

- Compreender as legislações nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais.
- Compreender as implicações da LGPD no Direito Empresarial.
- Desenvolver a habilidade de analisar violações de dados pessoais, avaliar riscos e propor soluções.
- Capacitar o aluno para que possa prestar consultoria ou analisar sua própria empresa em busca de uma adequação legal. Propiciar um desenvolvimento interdisciplinar tecnológico e jurídico.

Conteúdo Programático 1: Direitos humanos. Direitos fundamentais. Direitos da personalidade. Direito à privacidade. Direito à proteção de dados. Obrigações dos Estados. Organismos Internacionais. Direito comparado. Fake News. Definição. Liberdade de expressão. Direito à informação. Censura. Anonimato. Democracia (fake news nas eleições). Ofensa aos direitos da personalidade. Direito de resposta e de retificação. Colisão de direitos fundamentais. Consequências Jurídicas. Jurisprudência.

Conteúdo Programático 2: Legislação brasileira de proteção de dados: Marco Civil da Internet, Lei do Cadastro Positivo e Lei de Acesso à Informação. Legislação da União Europeia de proteção de dados (RGPD, Regulamentos, Diretivas e Leis). Privacy by design e privacy by default. Política de Cookies.

Conteúdo Programático 3: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. Conceitos e terminologias. Princípios. Encarregado de Dados Pessoais. Bases Legais para o Tratamento de dados pessoais, de dados pessoais sensíveis, de dados pessoais de crianças e de adolescentes, pelo Poder Público. Direitos do titular dos dados.

Conteúdo Programático 4: Transferência Internacional. Agentes de tratamento. Responsabilidades. Ressarcimentos de danos. Segurança e sigilo dos dados. Boas práticas e governança. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Fiscalização. Sanções administrativas

Bibliografia básica:

1. PINHEIRO, Patrícia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
2. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. JESUS, Damásio de. MILAGRE, José Antonio. Marco Civil da Internet: comentários à Lei n. 12.965 de 23 de abril de 2014. São Paulo: Saraiva, 2014.
4. BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Bibliografia Complementar:

1. SILVA, Lucas Gonçalves da. A lei geral de proteção de dados como instrumento de concretização da autonomia privada em um mundo cada vez mais tecnológico. Revista Jurídica. vol. 03, nº. 56, Curitiba, 2019. pp. 354 – 377.
2. BIONI, Bruno Ricardo. A formação de uma cultura de proteção de dados a partir da nova legislação pode trazer valor agregado para as organizações. A Era do Direito – Inovar pela lei. GVEXECUTIVO. vol. 18, nº 4 • JUL/AGO 2019.
3. MIRAGEM, Bruno. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e o Direito Do Consumidor. Revista dos Tribunais. vol. 1009/2019, p. 173-222. Nov/2019 |

9. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

